



Frente Parlamentar Mista
do Serviço Público

Nota de apoio da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público à Fenajufe e sua luta pela democratização do judiciário e reestruturação da carreira

A Frente Parlamentar Mista em defesa do Serviço Público, saúda e expressa apoio à Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) e seus sindicatos de base em todas as regiões do país, representantes das categorias de servidores (as) na luta em defesa da democratização do Judiciário, dos Órgãos Ministeriais e dos conselhos de controle por mudanças na gestão orçamentária autocentrada na concessão de benefícios, penduricalhos e privilégios aos membros em detrimento dos investimentos em condições de trabalho, saúde, qualificação, reposição do quadro de pessoal e manutenção de política salarial condizente com os ditames constitucionais.

A Frente saúda e manifesta apoio à luta dessas categorias por reposição salarial integral e por uma reestruturação da carreira que supere o atraso frente a categorias com que guardam similaridades, reduza disparidades internas, torne mais efetiva a política de incentivo à qualificação e estructure áreas como saúde, TIC, segurança e outras, enfrentando a precarização, terceirização e desjudicialização de atividades sensíveis.

A Fenajufe aponta que o processo de gestão do orçamento autocentrada na magistratura aprofunda a desmoralização do teto constitucional e as distorções causadas pelos supersalários, enquanto os serviços públicos amargam efeitos da restrição fiscal a investimentos e à garantia de direitos das categorias, algumas ainda em greve por questões básicas como reposição inflacionária.

As categorias do Judiciário e do MPU sofrem os impactos dessa política orçamentária, replicadas por administrações regionais, com a redução de verbas para prover cargos vagos e agravamento do déficit no quadro de pessoal, que não acompanha o crescimento das demandas e complexidade dos serviços e da sociedade. De um lado, piora a sobrecarga de trabalho e seus impactos na saúde das categorias, de outro, as administrações impulsionam iniciativas de precarização, como terceirizações e a chamada “residência jurídica”, além da extinção de cargos efetivos para substituição por mais cargos comissionados.

A autoconcessão de benefícios pela magistratura nos conselhos superiores já provocou na Justiça do Trabalho a orientação pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para submeter à contenção e não pagamento alguns direitos adquiridos e passivos com o fim declarado de destinar recursos para arcar com o “adicional de tempo de serviço (ATS)” e da “licença compensatória” para a magistratura. O pleito de antecipação da parcela da reposição inflacionária (para que fosse complementada) já vem sendo denegado por alegada contenção destinada à concessão de piso na assistência à saúde suplementar exclusiva para magistratura.

Assim, a Frente Parlamentar se soma à Fenajufe nessa luta que se vincula à defesa dos serviços públicos, da valorização das servidoras e servidores e à democratização das relações de trabalho!

A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, que iniciou seus trabalhos em 2007, foi relançada nesta legislatura em 13 de junho de 2023, sob a coordenação dos **deputados Alice Portugal (PCdoB/BA) e Rogério Correia (PT/MG) e dos senadores Paulo Paim (PT/RS) e Zenaide Maia (PSD/RN)**, é atualmente composta por 196 deputados federais, 25 senadores e 64 entidades parceiras representativas da sociedade civil, e atua na defesa dos direitos dos servidores e por serviços públicos de qualidade.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

🌐 frenteparlamentardoservicopublico.org

📘 [fb.com frenteparlamentarmistadoservicopublico](https://www.facebook.com/frenteparlamentarmistadoservicopublico)

📺 [YouTube.com FrenteServicoPublico](https://www.youtube.com/FrenteServicoPublico)

📷 [Instagram @frenteservicopublico](https://www.instagram.com/frenteservicopublico)

🐦 [Twitter FrenteservicoP](https://twitter.com/FrenteservicoP)



Frente Parlamentar Mista do Serviço Público

57ª Legislatura (2023 - 2027)

PARCEIRAS



Atual em - 13 de setembro de 2023 -